

ROBERTA RAMOS MARQUES

PERFORMAR E PROFANAR OS PALCOS DA REPRESENTAÇÃO DEMOCRÁTICA EM TEMPOS DE GOLPE: REENACTMENT, HISTÓRIA, E MODOS DE AFETAR E SER AFETADO NA CRISE

RESUMO > Este artigo pretende refletir sobre o uso do reenactment como recurso em duas ações performáticas realizadas por mim junto com estudantes, para materializar uma compreensão histórica crítica do contexto de golpe de estado pelo qual passa o Brasil. Através do reenactment, são propostas experiências contra-hegemônicas, que são afetadas por e afetam o público, sobretudo, acerca da relação entre representados e representantes, evidenciando a crise no sistema representativo.

*Palavras-chave:
Performance; Golpe; Reencenação.*

Performar e profanar os palcos da representação democrática em tempos de golpe: Reenactment, história, e modos de afetar e ser afetado na crise

Roberta Ramos Marques



Em meio a um contexto histórico que, por um lado, relaciona-se com o passado brasileiro como *reenactment* (reencenação) - o que nos faz entender vários dos acontecimentos atrelados ao afastamento da Presidenta Dilma Rousseff e ao governo de Michel Temer como “retrocessos”-, por outro lado, as variadas formas de reenactment apresentam-se como modos potentes de construir contradiscursos históricos imediatos. Ainda afetados por fatos recentes, e desejantes de que leituras contra-hegemônicas desse momento atual afetem o público para impeli-lo a (re)agir, eu e estudantes da graduação em Dança (UFPE) e da Pós-graduação em Artes Visuais (UFPE/UFPB), realizamos duas intervenções performáticas, motivadas por uma reconstrução profanadora de fatos recentes, a saber: a votação da Câmara do Deputados, em 17 de abril de 2016, pela admissibilidade da abertura do processo de Impeachment da Presidenta Dilma Rousseff; e, dez dias depois, em 27 de abril, a iniciativa da Deputada Luiza Erundina, em ocupar a cadeira da presidência da Câmara dos Deputados, em protesto contra encaminhamentos do então presidente dessa instância parlamentar, Eduardo Cunha.

¹ Encabeçado pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos, foi escrito um manifesto, assinado por juristas de todos os estados brasileiros, intitulado A Nova Campanha da Legalidade: Manifesto De Juristas em Defesa da Constituição e do Estado de Direito, cujo teor “reafirma a importância de não se admitir no Brasil ‘violações de garantias fundamentais estabelecidas nem a instalação de um Estado de exceção por meio de um processo de impeachment sem fundamento jurídico’”. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/mais-de-8-mil-juristas-lancam-manifesto-mundial-contra-golpe/>>. Acesso em: 11 jun. 2016.

Como uma ferramenta didática que explica a fragilidade jurídica do impeachment, a Professora Liana Cirne, do Centro de Ciências Jurídicas, da Universidade Federal de Pernambuco, produziu um vídeo no qual explica a ilegalidade desse processo. Este vídeo teve larga repercussão em redes sociais. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OvnNFQugnDM>>. Acesso em: 11 jun. 2016.

O que as duas intervenções têm em comum e que desejo discutir aqui é que, para além de operarem como *reenactments* de acontecimentos recentes, a fim de ter deles novas e expandidas compreensões, ambas reconstroem e dotam de novos sentidos duas “cenas” sinalizadoras da crise do sistema representativo democrático, que parece atingir seu cume no Brasil com a ameaça à Democracia que está em curso.

O cenário de instabilidade política pelo qual o Brasil passa, em 2016, consiste em um longo e tortuoso processo de tentativa, e efetivação, de um golpe de estado parlamentar, através da ferramenta de um impeachment contra o mandato da Presidenta Dilma Rousseff, eleita em 2014, com 54.501.118 votos. Segundo a análise de inúmeros juristas de diversos lugares do país e do mundo¹, o processo de impeachment da presidenta eleita não apresenta consistência jurídica, uma vez que as práticas de que a dirigente é acusada não configuram crime de responsabilidade e, portanto, constituem-se como um golpe institucional, que se vale de nuances constitucionais para se autojustificar.

Para além das fragilidades jurídicas do pedido de *impeachment*, seu fundamento político, pautado na insatisfação com o Governo Dilma e no suposto combate à corrupção, foi fortemente reforçado pela mídia de Direita do país, acalorando, sobretudo, a camada de classe média e classe alta do Brasil a ir às ruas, para que o desejo de derrubar a Presidenta ganhasse motivação “popular”. Entretanto, desde a ocasião da votação do dia 17 de abril, o que se pôde assistir ao vivo na Sessão de votação para admissibilidade de abertura do processo de *impeachment* pela Câmara dos Deputados foi ao completo abandono, por parte dos 367 deputados que votaram SIM à abertura do processo, de qualquer fundamento jurídico e, até mesmo político, que justificasse o impedimento da dirigente. Ao contrário, a linha argumentativa norteadora do voto dessa maioria foi composta de raciocínios individualistas, relacionados à família, à propriedade e à fé. Nunca relacionado ao mérito do processo, tampouco ao compromisso com o eleitorado.

Após a votação pela Câmara, o processo seguiu para Comissão especial no Senado, e a admissibilidade da abertura do processo foi votada, por essa instância, em 12 de maio de 2016. O fato é que, desde a deliberação na Câmara, seja por ter parcialmente seus objetivos alcançados, seja por um possível não reconhecimento dos fundamentos apresentados para a abertura do processo desde essa instância, a população que fora pedir a saída de Dilma Rousseff às ruas apaziguou-se e, desde então, e até mesmo antes, multiplicaram-se as inúmeras manifestações contra a continuidade do *impeachment*, os manifestos, artigos, matérias internacionais, criação de frentes por categorias, ações artísticas, etc., que emergiram, a fim de tentar barrar o golpe de estado então em curso. Entretanto, todo o conjunto significativo de ações e produção de conhecimento em torno dessa tentativa foi negligenciado pela grande mídia e pelo discurso dos políticos que compuseram, primeiramente, a comissão na Câmara dos

Deputados, e os 367 votos da plenária que votou nessa instância; em seguida, pela comissão formada no Senado, cujo relator foi, desde o início político de partido (PSDB) fortemente interessado no impedimento da dirigente, pois de sua oposição direta; e, por fim, pelos 55 votantes a favor da abertura do processo na plenária do Senado. Posteriormente, já afastada a presidenta eleita, para julgamento, teve início a Comissão especial de *Impeachment*, formada por senadores, e cuja presidência foi responsável pelo relatório objeto de julgamento final pela totalidade do Senado Federal, após a defesa da própria Presidenta, em 29 de agosto de 2016. Pudemos acompanhar as sessões desta Comissão, em tempo real, através de transmissão ao vivo pela TV Senado. E, mediante a disputa de discursos e narrativas que pudemos por aí presenciar, deparamo-nos com o total silenciamento, por parte dos que já estavam decididos a tirar a primeira Presidenta mulher do país, das inúmeras manifestações populares contra o *impeachment*, que acontecem nas ruas, na mídia alternativa, em livros, e mesmos às portas do Congresso Nacional, dos Palácios da Alvorada e do Jaburu, bem como ainda perto das residências dos principais políticos interessados em consolidar o impedimento à continuidade do mandato de Dilma Rousseff.

Paralelamente a isso, presenciamos, tanto na Câmara quanto no Senado, os esforços de uma minoria de deputados e senadores, para tentar frear essa decisão, bem como a votação e aprovação das inúmeras medidas descabidas que vinham partindo do então governo interino de Michel Temer, tais como o Déficit de 170 bilhões e a Desvinculação das Receitas da União (DRU). Outras medidas anunciadas e que já sofreram constantes questionamentos e manifestações de resistência foram: a perda da autonomia da Controladoria Geral da União, a extinção e posterior recriação do Ministério da Cultura, extinção do Ministério da Igualdade Racial, fusão entre ministérios da Ciência e Tecnologia, com o das Comunicações; anúncio de cortes de programas sociais como o Minha Casa,

Minha Vida, cotas sociais para inclusão na Educação, Bolsa-família, entre outras afrontas a avanços sociais já realizados. Além disso, a reestruturação radical e profunda, com legitimidade, questionada pelo Supremo Tribunal Federal, uma vez que se tratava de um governo interino e não permanente, incluindo a indicação de nomes inadequados, questionáveis e citados em casos de corrupção para a maioria das pastas restantes no Poder Executivo.

Dez dias após a votação da Câmara dos Deputados, nessa mesma instância parlamentar, pudemos presenciar um episódio inusitado, que foi a Deputada Luiza Erundina (PSOL - SP) ocupar a cadeira do então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (afastado por ter seu mandato ameaçado por uma série de acusações de corrupção, pelas quais está sendo julgado). A iniciativa de Erundina foi uma forma de protestar contra manobras do ex-presidente da Câmara para criar uma comissão que trataria de matérias relacionadas com a Mulher, o Idoso, a Criança e o Adolescente, a Juventude e Minorias, sem consulta a deputadas da casa acerca do caráter dessa comissão, que, conforme Erundina, representaria risco a conquistas históricas da bancada feminina (FÓRUM, 27 de abril de 2016).

No eloquente episódio da votação da abertura do impeachment pela Câmara, tivemos - brasileiros e brasileiras - oportunidade de depararmos-nos com a quase totalidade dos deputados brasileiros, em parte eleitos pela população, em parte pelos votos recebidos pelo seu partido (através do sistema de quociente eleitoral e quociente partidário), e perceber o quão descolados dos interesses de uma coletividade estão os seus discursos e as razões motivadoras de uma decisão de tamanha monta como a da abertura de um processo de *impeachment*. Já no rotineiro, porém inusitado, dia em que o

assento da presidência da Câmara foi ocupado por uma mulher deputada, que desejou evidenciar o seu descontentamento e o sentimento de não tradução dos interesses femininos pelos encaminhamentos do parlamentar à frente da Presidência da Câmara, pudemos assistir à duplicação da separação de interesses entre representante e representado dentro da própria estrutura dessa instância parlamentar. Ambos os acontecimentos, por diferentes meios e razões, afetaram-nos como disparadores do que está na base da crise representativa em uma Democracia, a não tradução dos desejos dos representados e representadas pela atuação e discursos de seus supostos representantes. É sobre o reenactment desses dois acontecimentos, e sobre as particularidades incorporadas às formas de reatuar essas duas cenas da crise da representação política que discutirei neste artigo. Entretanto, entendamos, primeiramente, como o momento atual da política brasileira constitui, ele mesmo, um *reenactment* do passado histórico do Brasil e da perspectiva hegemônica.

> *Reenactment, golpes, fascismos e outros perigos de uma história hegemônica*

Não são raros os paralelos feitos entre o momento político atual no Brasil e momentos anteriores. Em uma série especial publicada na edição de maio da Revista Cult, vários artigos apontavam para o que um de seus autores, Tales Ab'Sáber, no texto intitulado *Nova Direita, Velha Formação*, chama de “energia da ideologia retornante de um tempo perdido” (AB’SÁBER, 2016, p. 27), para referir-se ao mito de um tempo melhor, perdido no passado, usado como argumento para a elite brasileira apontar a necessidade de retorno a paradigmas ideológicos e econômicos hegemônicos. Para reafirmar suas narrativas do passado e do presente, investe-se, conforme o autor, numa “ativa recusa de níveis importantes de realidade”, a exemplo do que pode ser entendido de um “*capitalismo de inclusão de um mercado de massas, democratizante a seu modo*” (AB’SÁBER, 2016, p. 27), iniciado com o Governo Lula, o que os defensores de um *capitalismo de exclusão* no Brasil tentam narrar que nunca existiu.

Igualmente, nesse mesmo dossiê, Edson Teles (2016), no artigo *Qual Golpe?*, argumenta que a analogia com o Golpe de 1964 e com a ditadura, para além de apontar semelhanças com o presente, reflete sobre como estratégias autoritárias operam por instrumentos discursivos, com consequências para além do discurso: “Tal como a figura de um fantasma, o perigo iminente de um golpe atuou produzindo o medo de volta ao passado, de um instante para o outro” (TELES, 2016, p. 23). Já no texto *A derrota é algo que se constrói a frio*, Vladimir Safatle discute como a “falácia da conciliação” política, em diferentes momentos da República brasileira, incluindo a Nova República, constituiu um modelo recorrente que “serviu para paralisar todo ímpeto mais profundo de mudança” (SAFATLE, 2016, p. 19). E, por fim, Newton Bignotto, no artigo *O Fascismo no Horizonte*, recorre à comparação entre o que acontece no presente na cena política brasileira ao que aconteceu em outros países em tempos anteriores, sob o argumento de que muito do que ocorre hoje no Brasil nasce de elementos que podem ser identificados como presentes em experiências fascistas:

Nos últimos meses, o fascismo voltou a frequentar a vida política brasileira, pelo menos nas disputas retóricas que opõem visões diferentes da crise pela qual passa o país. Como em outros momentos históricos, chamar alguém de fascista implica localizar o adversário no campo das ideias conservadoras ou reacionárias.

De forma genérica, fascista é aquele que despreza a democracia, faz uso da violência para fazer valer suas ideias e tem horror das camadas mais pobres da população. Esses sinais são visíveis no comportamento de pessoas e grupos que frequentam o cenário político brasileiro atual. [...] Por isso, podemos

olhar para o passado e nos perguntar se não estamos indo na mesma direção, quando setores importantes da sociedade se dispõem a abrir mão das conquistas democráticas para fazer valer suas teses e saciar um desejo de ocupação do poder (BIGNOTTO, 2016, p. 29).

Esse conjunto de práticas e pensamentos políticos compõe a “ideologia retornante” discutida por Ab’Sáber e aqui entendo como uma face hegemônica do reenactment, entendido ainda em sentido amplo (e não como as reencenações de obras de dança, teatro ou performance), como “uma forma de história afetiva” (AGNEW, 2007), capaz de trazer novamente parcelas do passado, pela experiência. A mídia dominante, como um dos setores importantes de produção de representação da realidade, bem como os discursos dos interessados no que o mesmo autor chama de um *capitalismo de exclusão*, contribuem para fazer, através do paralelo entre o presente e o passado - *reenactment* tanto de um quanto de outro - apagamentos da história e de parcelas importantes da realidade, até mesmo arquitetando a invenção ou, no mínimo, o superdimensionamento de uma crise.

Entretanto, frente à re-apresentação da realidade produzida por essa “energia de ideologia retornante”, gostaria de debruçar-me sobre o reenactment, também como um “modo afetivo de historicidade”, mas com o objetivo de materializar / “experimentar hipóteses” (AGNEW, 2005) da realidade a partir da atitude de conferir voz àqueles que, nos reenactments da História, da Mídia e dos discursos oficiais se mantêm silenciados, por ocuparem o lugar dos “representados”, ou, ainda, dos “mediatizados” (HARDT; NEGRI, 2014), sendo ambas as experiências formas de não tradução dos desejos e interesses de uma “pessoa natural” por uma “pessoa artificial” (HOBBS apud DIAS, 2004).

> *Performar e profanar os palcos da representação democrática em tempos de golpe: Eu por mim e Contr.assento*

Operar o reenactment da representação democrática a fim de indicar-lhe sintomas de crise é, duplamente, lembrar que “o conceito de representação está diretamente ligado à noção de ação ficcional” e que a democracia representativa (e não direta) implica, conforme Hobbes (apud DIAS, 2004, p. 239), a “autorização que funda a relação” entre alguém que tem o direito de agir (o autor/representado/pessoa natural) e aquele que é autorizado pelo primeiro a agir (o ator/representante/pessoa artificial):

O que a teoria do consentimento como fundamento do poder político deixa em aberto é o aspecto, acima mencionado, da representação como tradução da vontade do representado. Thomas Hobbes supõe um tipo de representação absoluta, na qual o consentimento do representado é o suficiente para que as ações do representante sejam o espelho das suas próprias ações. Na condição de simulacro do agir da pessoa natural, a ação da pessoa artificial torna-se inquestionável. O problema da tradução, portanto, não está colocado na teoria do consentimento hobbesiana, o que não significa que esteja ausente. (DIAS, 2004, p. 239).

Entretanto, Rousseau aponta para a fragilidade dessa relação entre representado e representante, indicando que “a vontade não se representa”; e que “a tradução imperfeita da vontade popular seria o mesmo que a sua não tradução”. Com isto, “o tradutor estaria fadado à condição de traidor”, de forma a negar a possibilidade de “a representação constituir-se como um recurso sócio-político válido” (DIAS, 2004, p. 239). E, de fato, o que predominantemente regulou esta relação, ao longo da história da representação democrática, foi a independência parcial dos representantes com relação aos interesses de seus eleitores:

Isto significa dizer que os representantes atuam por mandatos livres, ou seja, não estão constrangidos a receber instruções de seus eleitores ou agir conforme a vontade explícita destes últimos. Em outras palavras, a tradução da vontade dos governados não precisa ser literal, pois está sujeita à percepção do ator acerca de quais são as características primordiais de sua personagem e que devem fazer parte de sua representação. Nesse sentido, a vontade do povo que origina as decisões políticas é antes fabricada, repousando sobre a definição do representante o seu caráter genuíno. É na livre interpretação da vontade pelo representante que o governo representativo menos se distingue de um governo de elites e mais se afasta do governo democrático: o pressuposto que ancora a independência parcial dos representantes (DIAS, 2004, 240).

É nesse princípio da independência parcial e seus desdobramentos interpretativos e práticos, entretanto, que se originam as fraturas dessa relação de representação, e é essa fragilidade que os dois episódios recentes, antes mencionados, da política brasileira revelam, e, por isso, foram motivadores das ações performáticas a serem aqui discutidas.

A primeira delas recebeu, posteriormente (por sugestão de uma das mestrandas realizadoras), o nome de Eu por mim e foi apresentada em uma só ocasião, no dia 20 de abril de 2016 (logo após, portanto, à votação da abertura do processo de impeachment pela Câmara), na ocasião de um “Aulão” organizado por docentes de Comunicação Social, da Universidade Federal de Pernambuco, como uma iniciativa contra no Golpe, no Hall do Centro de Educação desta instituição. Essa ação performática surgiu como desdobramento de discussões e de uma atividade da disciplina ministrada por mim no primeiro semestre de 2016, no Programa de Pós-graduação em Artes Visuais (UFPE/UFPB), chamada *Processos de*

Criação em Artes Visuais na Contemporaneidade e cujo eixo escolhido para ser trabalhado nesse semestre foi *Processos de criação, política e micropolítica*.

A segunda, motivada pelo “ato de insurgência” da Deputada Luiza Erundina (FÓRUM, 27 de abril de 2016), intitulou-se, desde o início, como Contr.assento e foi apresentada no dia 10 de maio de 2016, como parte da programação, a um só tempo, da Tenda da UFPE contra o Golpe e Plenária para encerramento do Acampamento pela Democracia, que, durante quase 30 dias, instalou-se na Praça do Derby, como forma de resistência ao cenário político no Brasil. A ação contou com participação de estudantes, sobretudo, da graduação de Dança e alguns convidados, além de duas docentes².

Ambas as experiências se organizaram como um “programa performático” (FABIÃO, 2013), com enunciados muito simples, para serem executados pelos participantes, com flexibilidade para as decisões em tempo real e a interação com o público. No primeiro caso, estruturado rapidamente minutos antes de a ação ser realizada, cada um dos performers chegaria com uma placa de papel contendo um número significativo e ficcional de votos e olhar fixo no público. Aos poucos, se posicionariam em frente ao público e, de forma alternada, começariam a pronunciar seus “motivos” para votar, ainda que sem finalizar a frase, mas reencenando e hiperbolizando a parcela da frase que revelou o fundo individualista dos discursos de deputados e deputadas que votaram SIM:

“Pelomeupai, pelaminhamãe, pelomeu *I-phone*, pela minha camisa *Lacoste*”. Simultaneamente a essas declarações, os performers rasgariam suas placas contendo o número ficcional de eleitores que, supostamente, ali estariam representando. Quando bastante picotado o papel, o performer deveria fazer com um dos pedaços uma bola de papel, colocar na boca e continuar a pronunciar seus motivos, agora já ininteligíveis ao ponto de só escutar-se, ao final, a palavra “eu” e seus ecos. Em seguida, quando quase todos os performers já haviam se retirado do centro da ação, apenas um permanece e se confronta, num momento que não havia sido previsto no enunciado do Programa, com um homem do público, que contrapunha, aos repetidos “eu”, do performer, um vociferante “Nós”, e isso se repete até todo o público exaltar-se e aplaudir emocionadamente e ação concluir-se com a reiteração enfática da palavra “Nós”, pelo próprio performer.

A segunda ação, que foi pensada por mim alguns dias antes de sua realização, porém cujo enunciado foi transmitido aos demais performers apenas minutos antes da ação, contou com o cenário de uma cadeira e uma mesa, que repetiriam o cenário original da ação originadora dessa intervenção, a ocupação do assento da Presidência da Câmara pela deputada Luiza Erundina. A estrutura seria também muito simples: um dos participantes se sentaria primeiro, para dar início à ação, com a seguinte frase: “Está aberta a sessão”. A partir daí, cada performer deveria ocupar, quando quisesse, o assento, ou mesmo a mesa, produzindo imagens, ações, ou mesmo falas de resistências e que representassem questões de minorias. A partir dessa estrutura simples, surgiram imagens que representavam questões de gênero, aborto, negros, pobres, e imagens de resistências, tais como barraca acampada em cima da mesa; performer em constantes quedas após apresentar-se: *eu sou a democracia*,

² Fui participante das duas ações.

queda, *eu sou a democracia*, queda, etc.; mulher tirando a camiseta e anunciando: *eu também sou a democracia*. Ao final, com um chamamento inicialmente em baixo volume pelo microfone, o público é invocado a participar e ocupar o espaço do centro da ação, o que faz calorosamente, através de uma espécie de *meme* ou Hashtag cadenciado: “#OcupaAssento, #OcupaAssento, #OcupaAssento, #OcupaTudo, #OcupaTudo...”.

O que está em discussão nas duas ações são as evidências de uma falência da relação entre representante e representado, e o que se opera é, no primeiro caso, um desvio da ação original - os discursos de votação dos deputados -, a fim de evidenciar suas razões reacionárias e conservadoras; e, no segundo caso, uma expansão ou desdobramento do “ato insurgente” de Luiza Erundina em repetidas ocupações do assento em questão. As noções do *representado* e do *mediatizado*, como figuras subjetivas da crise³, conforme Hardt e Negri (2014) foram noções motivadoras dessa escolha por colocar em evidência a crise do sistema representativo. Conforme os autores, na figura do *mediatizado* “reside a inteligência humana mistificada e despotencializada. Ou melhor, o mediatizado está pleno de informação morta, sufocando nossos poderes de criar informação viva” (HARDT; NEGRI, 2014, p. 30). Complementarmente, “o representado atua na sociedade destituído de inteligência e manipulado pela imbecilidade ensurdecadora do circo midiático” (HARDT; NEGRI, 2014, p. 42). Identificado com a condição de não especialista e de incapaz de

se autorrepresentar, ou apontar saídas, uma vez que a antipatia pelo sistema representativo e todo o seu frágil funcionamento o empurram para o desinteresse pela política e o sentimento de impossibilidade de discuti-la, “o representado reconhece o colapso das estruturas de representação, mas não enxerga alternativas, sendo empurrado de volta ao medo” (HARDT; NEGRI, 2014, p. 42).

Em resposta à provocação ativista de Hardt e Negri (2014, p. 45), quando afirmam que um caminho para reconquistar o poder político do cidadão-trabalhador “passa pela revolta e a rebelião contra as figuras subjetivas esgotadas e despotencializadas”, nas duas ações aqui discutidas, o ato de fala é colocar em xeque essas figuras. Nesse ponto, outras duas noções se tornam fundamentais como meios de operar essa rebelião: a *profanação* e o *contradispositivo*, discutidos por Agamben (2007 e 2009).

A *profanação* é aquilo que restitui ao uso comum o que o *sacrifício* (o sagrado) tinha separado do uso humano (AGAMBEN, 2007), e, portanto, ela se insurge para desestabilizar as máquinas de subjetivação e de governo em que consistem os dispositivos (AGAMBEN, 2009, pp. 40 e 41):

[...] chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o Panóptico, as escolas, a confissão, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc., cuja conexão com o poder é num certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e - por que não - a própria linguagem, que talvez é o mais antigo dos dispositivos [...].

³ Os autores tratam, ainda, das figuras do *endividado* e do *securitizado* (HARDT; NEGRI, 2014).

Dessa forma, no primeiro programa performático, a fala dos representantes é profanada, a fim de evidenciar o seu espaço de fala, o microfone, bem como seu voto, como dispositivos, que procuram “capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos”. Nosso ato de fala é desmascarar a condição de dispositivo dessa fala, desse voto, bem como da condição parcial de independência dos representantes em relação a quem os autorizou a agir, seu eleitor. Profanar essa fala, essa condição, é o contradispositivo operado pelo *reenactment* desse episódio, restituindo-nos esse espaço de fala, para que possamos desmascarar também a fratura do sistema representativo como dispositivo.

O *reenactment* do “ato insurgente” de Erundina, por sua vez, focaliza, precisamente, o duplo entre assento/dispositivo e o contr. assento/contradispositivo:

Assento. Dispositivo. Banco, cadeira ou aquilo utilizado para que alguém se consiga sentar. A superfície ou parte do banco ou da cadeira em que se pode sentar; apoio ou base. Lugar que é atribuído a alguém por eleição ou nomeação. Local em que se constrói ou se levanta uma edificação. Termo que compõe uma ação oficial. Em que há ou demonstra prudência; bom senso. Excesso de tranquilidade; sossego. Uso Popular. As nádegas; traseiro. Assentado. adj. Sentado. Assente, situado. Combinado, decidido. Discreto, judicioso: ele tem o juízo bem assentado.

Contr'assento. Contradispositivo. Contra os assentos em que não estou implicado. Contra o que está assentado, assente, sem que me represente. Não aos assentos sem prudência. Não terão sossego, não ficaremos assentados fora do assento. Nosso traseiro não admite.

Nossa bunda quer ser representada. Nossas nádegas não querem ser golpeadas. Assento, contrassento, digo, contradigo, fala, contrafala. Não estará decidido, contra juízo bem assentado, não tem juiz bem assentado se não me sinto, se não me sento.

Profanar esse lugar é deixar de reconhecer a legitimidade de quem nele está “assentado” para representar; é deixar de autorizar esta pessoa artificial/ator, a agir por mim, pessoa natural/autor; é restituí-lo a quem de fato tem direito a agir. A ação de Erundina, e nossa réplica em *looping* dessa ação, são potentes porque sintetizam a profanação do lugar literal de representação (o assento), para transformá-lo, novamente, num lugar de autorrepresentação (aqui contr.assento). Desautorizam a representatividade do ator/representante e põem em evidência extrema a sua artificialidade, por este não traduzir os interesses e desejos da “pessoa” natural que lhe concedeu o direito a agir; e essa “pessoa” natural é uma coletividade, fraturada em suas várias minorias e singularidades. Sintetizam, ainda, a rebelião e a revolta contra a figura desgastada e despotencializada do representado, que Hardt e Negri nos indicam como caminho de retomada de um projeto de democracia; ou, ainda, a “profanação do improfanável” que Agamben nos imputa como tarefa política.

> *Coda: Reenactment, história emancipada, e modos de afetar e ser afetado na crise*

Em meio a esse cenário da crise política brasileira, procuramos os espaços de fala e de representação da realidade em que nos sentimos menos desgastados e despotencializados em nossa condição de autores/pessoas naturais/representados. Apesar de a crise da representação democrática ser o que está posto de mais evidente, sintomática ou paradoxalmente (a depender do ângulo), o primeiro setor em que eclodiram as mobilizações mais potentes contra o Golpe

e contra o governo interino foi um dos setores que mais profundamente exercitou a estrutura do sistema representativo, não direto, mas com participação consultiva e deliberativa, através da estruturação das câmaras e colegiados setoriais, para a construção das metas do Plano Nacional de Cultura e para o funcionamento do Sistema Nacional de Cultura, agora ameaçados pelos desmontes operados pelo governo interinogolpista. O motivo foi, primeiramente, o anúncio imediato da extinção do Ministério da Cultura, que tomava menos que 1% do orçamento da União, mas que construiu, desde a gestão de Gilberto Gil, avanços simbólicos muito significativos, desde a ampliação da compreensão de Cultura, até a estruturação de um profundo e capilarizado protagonismo por parte dos seus agentes. Entretanto, muito rapidamente, as Ocupações aos espaços da Funarte/Minc assumiram o discurso da insuficiência da restituição ou recriação do Ministério da Cultura, uma vez que ele está assentado em um projeto muito distinto ao do anterior, e que, portanto, não é reconhecido pelos agentes da cultura. A rápida guinada e ajuste no discurso dos OcupaMinc de todo o Brasil apontaram, contundentemente, a negativa às tentativas constantes do governo então interino, e sua equipe, em assegurar a concessão de que sejam nossos representantes, sem que sequer os tenhamos algum dia o concedido.

Frente a este assalto de nossa autorização representativa, a revolta e a rebelião que se impõem como cena por todo o Brasil ganham formas das mais variadas, e ganham destaques, certamente, inúmeras facetas do *reenactment*, como forma de experimentar hipóteses da história que não nos serão oferecidas por discursos oficiais.

Assim, paródias musicais - tais como o *Carmina Burana* do #ForaTemer; *Michel* (Beatles); e a própria *Odeio Você*, de Caetano Veloso -, juntamente a leituras dramatizadas dos áudios vazados recentemente e que evidenciam o caráter golpista do *Impeachment*,

bem como a carimbagem de cédulas de dinheiro com o *Hashtag* #ForaTemer, são algumas dessas formas de potencializar a re-experiência de um patrimônio, de um arquivo, acordando nele olhares para o presente. Performar e profanar o passado, para transformá-lo em contradispositivo.

Seja através da busca de uma proliferação de canais midiáticos alternativos, seja através dos *reenactments* que temos produzidos de um patrimônio cultural ou de fatos recentes, buscamos protagonizar a produção de discursos históricos emancipados, em que, através da experiência, repotencializamos nossa condição de trabalhadores-cidadãos, seja profanando o improfanável, seja nos rebelando contra nossas condições desgastadas de representados e mediatizados por aqueles que já não estão autorizados nem a agir por nós, nem a nos dizer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB'SÁBER, Tales. Nova direita, velha formação. In: Revista Cult. 212. Ano 19, maio de 2016.
- AGAMBEN, Giorgio. Profanações. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. O que é o contemporâneo? e outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009.
- AGÊNCIA PT de Notícias. Mais de 8 mil juristas lançam manifesto mundial contra golpe. Disponível em: < <http://www.pt.org.br/mais-de-8-mil-juristas-lancam-manifesto-mundial-contra-golpe/>>. Acesso em: 11 jun. 2016.
- AGNEW, Wanessa. What can re-enactment tell us about the past. 2005. In: BBC. Disponível em: <http://bbc.co.uk/history/programmes/theship/history_reenactment_print.html>. Acesso em: 11 jun. 2016.
- _____. History's affective turn; historical reenactment and its work in the present. Rethinking history. 11 (3).
- BBC Brasil. Votação do impeachment revela 5 coisas que você não sabia sobre a Câmara. 19 de abril de 2016. Disponível em: < http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160419_impeachment_revela_congresso_rm>. Acesso em: 11 jun. 2016.
- BIGNOTTO, Newton. O fascismo no horizonte. In: Revista Cult. 212. Ano 19, maio de 2016.
- CIRNE, Liana. Entendendo a ilegalidade do impeachment: vídeo em 5 passos. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=OvnNFQugnDM>>. Acesso em: 11 jun. 2016.
- DIAS, Márcia Ribeiro. Da capilaridade do sistema representativo: em busca da legitimidade nas democracias contemporâneas. In: Civitas. Porto Alegre v. 4 n. 2 jul.-dez. 2004. p. 235-256.
- FABIÃO, Eleonora. Programa performativo: o corpo-em-experiência. In: Revista do Lume. Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Teatrais - Unicamp. n. 4, dez. 2013.
- FÓRUM. Em ato de insurgência a Cunha, Erundina senta na cadeira da presidência da Câmara. 27 de abril de 2016. Disponível em: < <http://www.revistaforum.com.br/2016/04/27/em-ato-de-insurgencia-a-cunha-erundina-senta-na-cadeira-da-presidencia-da-camara/>>. Acesso em: 11 jun. 2016.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Declaração: isto não é um manifesto. São Paulo: n-1 edições, 2014.
- SAFATLE, Vladimir. A derrota é algo que se constrói a frio. In: Revista Cult. 212. Ano 19, maio de 2016.
- TELES, Edson. Qual golpe? In: Revista Cult. 212. Ano 19, maio de 2016.
- UOL. Dilma é reeleita na disputa mais apertada da história; PT ganha 4º mandato. 26 de outubro de 2014. Disponível em: <<http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/26/dilma-cresce-na-reta-final-e-reeleita-e-emplaca-quarto-mandato-do-pt.htm>>. Acesso em: 11 jun. 2016.

ABSTRACT

This paper aims to discuss about the use of the reenactment as a tool in two performatic interventions made by me and students, in order to materialize a historical and critical understanding about the coup d'état in Brazil. Through the reenactment, non-hegemonic experiences are proposed, which are affected and affect the audience, mainly, about the relation between represented people and representatives members, making clear the representative system crisis.

KEYWORDS

Performance; Coup; Reenactment.